



O ESPAÇO INCLUSIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE O VIÉS TEÓRICO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Franciely Peixoto¹
Daniele Krul²
Ivanildo Sachinski³

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo com objetivo de investigar o espaço inclusivo na educação infantil, a teoria e as políticas vigentes que discutem este espaço educativo. Neste sentido, o estudo adota os moldes da pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, com base nos autores da bibliografia especializada, com especial destaque para Silva (2015), Kassar (2012), Souza (2012) e Silveira (2012), assim como os documentos Lei de diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), Diretrizes curriculares da educação especial para a construção de currículos inclusivos (BRASIL, 2006), A consolidação da inclusão escolar no Brasil (BRASIL, 2016), Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2010) e Manual de acessibilidade espacial para escolas (BRASIL, 2009). O estudo aponta historicamente a Educação Infantil e a Educação Especial no país terem um caráter assistencialista, os quais passaram por um longo período para começar a compreender esses espaços possuem potencial de desenvolvimento, portanto as discussões teóricas e as políticas públicas tiveram nas últimas décadas avanças quanto a concepção de espaço inclusivo da educação infantil.

Palavras-chave: Educação, Educação Inclusiva, Educação Infantil, Espaço.

INTRODUÇÃO

O foco dessa pesquisa ancora-se na discussão do contexto histórico da educação especial e da educação infantil no âmbito nacional, percorrendo sobre os espaços inclusivos na primeira etapa da educação básica, focalizando as políticas que direcionam o espaço na educação brasileira e principalmente na educação infantil. Objetiva ainda, discutir aspectos da inclusão na educação infantil e possíveis sugestões de ações.

Considerando que o espaço inclusivo é um elemento formativo e determinante para o desenvolvimento infantil, especialmente no que se refere a qualidade das experiências educativas ofertadas, este estudo justifica-se no sentido de investigar as políticas que direcionam o espaço. Assim, a pesquisa se propõe a investigar as políticas públicas vigentes

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) Campus União da Vitória – PR, franciely-peixoto@hotmail.com;

² Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) Campus União da Vitória - PR, daniele_krul@yahoo.com.br;

³ Mestre em Educação. Professor Colaborador da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) Campus União da Vitória – PR, sachinski_educa@hotmail.com.



sobre o espaço inclusivo e os teóricos da bibliografia especializada sobre os espaços da Educação Infantil.

METODOLOGIA

Para atingir o que se propõe, adota-se os moldes da pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, a qual é caracterizada por Chizzotti (2017, p.98) como uma “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A área de abrangência para a averiguação dos pressupostos teóricos é a área da Educação Especial, mais especificamente do eixo temático da educação infantil, estando amparada pelos autores da bibliografia especializada com especial destaque para: Silva (2015), Kassar (2012), Souza (2012) e Silveira (2012).

Ainda visando atingir o fim a que se propõe o estudo busca analisar as prerrogativas da Lei de diretrizes e Bases da Educação (1996), das Diretrizes curriculares da educação especial para a construção de currículos inclusivos (2006), da Consolidação da inclusão escolar no Brasil (2016), da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2010) e do Manual de acessibilidade espacial para escolas (2009). Esses direcionam a organização da infraestrutura educacional no país e um indicativo do que há das normativas sobre o espaço inclusivo na Educação Infantil e apontas possíveis sugestões para a organização deste espaço.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A Educação Especial tem uma história de lutas e conquistas, pois a sociedade sempre teve um grande preconceito com pessoas que necessitam de um atendimento especial, sempre foi muito difícil aceitar as deficiências, até mesmo dentro das famílias, muitos escondiam seus filhos, outros até abandonavam. Em um contexto histórico, Silva (2015, p. 18) explica como era a infância:

Historicamente, a educação de crianças durante muito tempo foi uma atividade exclusiva e de responsabilidade das suas famílias, e era através da interação e da



convivência que a criança aprendia as regras e normas da sua cultura. No entanto, ao longo do tempo este cenário mudou e esta responsabilidade agora se divide em ambientes de socialização, onde as crianças passam a aprender através da mediação e convivência com seus pares.

Se percebe que houveram grandes mudanças, a educação que era responsabilidade só da família, com as mudanças sociais resultantes da industrialização, a mulher também teve que ir em busca de trabalho, assim foi necessário transferir esta educação para alguém, tios, avós, irmãos mais velhos, e assim a mãe teve que ir em busca do sustento da família.

Com isso, a sociedade se sensibilizava com as dificuldades enfrentadas pelas mães operárias, pois as mesmas tinham que deixar seus filhos pequenos em casa, muitas vezes sob os cuidados de outras crianças que não tinham sequer condições de lidar com tal situação. Nesse sentido, foi preciso organizar um local onde as mães pudessem deixar seus filhos. (SILVA 2015, p.19).

Assim as instituições de ensino foram surgindo, mas ainda em condições difíceis, as instituições de educação infantil eram apenas de cuidados assistencialista, apenas nos anos de 1980 que a educação infantil começa a ser reconhecida como educação.

Se a educação infantil teve seus obstáculos a educação especial não foi diferente, pois o preconceito sempre foi muito grande, a pessoa com deficiência sempre foi excluída, já que a sociedade capitalista sempre visa o lucro, este indivíduo era visto como alguém que não gera ganho, se tinha um olhar que este indivíduo não poderia participar da sociedade. Kassar (2012, p. 835) afirma que “falar sobre a educação especial no Brasil implica, necessariamente, a consideração de dois aspectos constitutivos de nossa história: a desigualdade e a diversidade”. O Brasil é um país diversificado, são culturas e costumes diversos, entretanto a desigualdade também é muito grande. Quando se fala em educação estes pontos são indispensáveis, pois impactam diretamente na escola.

Para Kassar (2012), somente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 começou-se a preocupação com a não discriminação, como percebemos,

Convenção de 1960 (Convention against Discrimination in Education), adotada pelo Brasil em 1968: Para os fins da presente Convenção, o termo “discriminação” abarca qualquer distinção, exclusão, limitação ou preferência que, por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião pública ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social, condição econômica ou nascimento, tenha por objeto ou efeito destruir ou alterar a igualdade de tratamento em matéria de ensino. (KASSAR, 2012, p. 837).

É o marco da luta pelos direitos humanos e a pela aceitação da sociedade das ações necessárias que todas as pessoas com deficiência tenham “ o respeito e direito à sua autodeterminação; uma vida sexual normal para os padrões pertinentes à sua cultura;



vivenciar o envolvimento em atividades econômicas comuns à sua sociedade; possuir direitos sociais” (KASSAR, 2012, p. 838).

As leis asseguram o direito, mas muito ainda se tem a fazer, tendo em vista que muitos professores não se sentem preparados para receber um aluno com deficiência em sua sala de aula, pois “as necessidades especiais estão sendo compreendidas não como estratégias alternativas e criativas que possam ser propostas aos processos de ensinar e aprender, mas como o conjunto de condições que o aluno apresenta” (GARCIA, 2006, p. 306), em alguns casos os docentes não sabem lidar com o aluno da inclusão, pois não compreendem que:

[...] a partir da Educação Infantil, além de uma necessidade, é um direito de toda e qualquer criança, independente de seu gênero, classe, cor e sexo. E para contemplar os avanços do processo de inclusão na educação infantil, faz-se necessário compreender a relevância deste processo para o desenvolvimento pleno destas crianças, de forma que venha garantir-lhes um futuro mais justo no qual as oportunidades sejam iguais a todos” (SILVA, 2015, p.35).

Apenas com uma educação de qualidade, e respeito a todos que será possível uma sociedade mais justa, onde possibilite a inclusão de todos na sociedade, tendo em vista que já avançamos bastante, mas muito ainda há para se fazer.

Neste contexto, Sousa (2012) reforça que para debater sobre a Educação Infantil se faz necessário compreender a história das políticas relacionadas a essa modalidade de educação, tendo em vista a tradição assistencialista que as creches tinham nas instituições filantrópicas, assim como a educação especial também foi fortemente marcada pelo viés assistencialista e filantrópico, na qual o poder público transferiu a sua responsabilidade com a educação especial para as instituições filantrópicas.

Somente na década de 90 do século XX que foram pensadas em referências para a construção da escola inclusiva, que tinha uma visão contrária dos modos consolidados, proporcionando uma visão inovadora de desenvolvimento de experiências educacionais no que tange a educação especial nas redes públicas de ensino, com destaque para a educação infantil (FERREIRA, 2006, p. 91).

2 O ESPAÇO INCLUSIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sobre a inclusão no sistema educacional, Sousa (2012) afirma que a mesma deve começar na Educação Infantil, pois nesse local de aprendizagem ocorrem questões sobre o respeito a diversidade em situações corriqueiras, que seria diferente em outros níveis de



escolarização, sendo a primeira infância um lugar para praticar a educação emancipatória com viés verdadeiro.

Neste contexto e tendo em vista que há muitos desafios no trabalho com crianças com deficiência física, mental, auditiva e visual, Veiga (2008, p. 169) considera que a “inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil, seja em creches, pré-escolas ou similares, é um tema polêmico”.

Mesmo com as dificuldades inerentes a educação especial na educação infantil, é relevante pensar num espaço que proporcione a educação inclusiva por meio da transformação do espaço da sala, que desenvolva relações que considerem os alunos como atores principais e não apenas uma inclusão escolar (SILVEIRA, 2012, p.38). Ao discutir as restrições e o ambiente da educação infantil, é possível considerar que

Nessa etapa, a criança deficiente precisa de aconchego, de afeto, de sentir-se acolhida, aceita naquele ambiente, sem restrições nem discriminações. Essa não é uma tarefa fácil, já que, na maioria das vezes, o ingresso da criança deficiente na escola não se dá de modo fácil e natural, mas é precedido de atitudes negativas por parte das pessoas da escola e dos pais dos outros alunos e até mesmo da própria criança, que ficam apreensivos quanto à capacidade de adaptação de todos os envolvidos no processo de inclusão, podendo demonstrar medo diante do desconhecido e do diferente, que levam aos sentimentos de recusa, rejeição e discriminação. (VEIGA, 2008, p.181)

Ao direito da inclusão na Educação Infantil, Sousa (2012, n.p.) aborda que “o período da infância é a família da criança com deficiência que escolhe o caminho educacional seguido por esta, os pais precisam não apenas acreditar nos benefícios da inclusão como também reconhecer que seus filhos têm direito a ela”. Assim como, a inclusão na primeira etapa da educação básica é um direito do aluno, que deve ser reconhecido especialmente nas creches, para tanto é necessário pensar na inclusão no sistema educacional todo e rever os objetivos e métodos da educação brasileira, no que tange uma proposta de sociedade inclusiva que considera a participação de todos (SOUSA, 2012, n.p.).

Deste modo a concepção de direito de inclusão deve ser compreendido nas políticas públicas, pelos profissionais da saúde, pela equipe escolar e pela família, os quais devem ser relacionados, considerando que o trabalho da instituição escolar deve ser coletivo, assim Veiga (2008) aponta que os profissionais precisam conhecer a criança e sua deficiência, sendo recomendado procurar informações com os responsáveis, pois essas informações e outras relevantes auxiliaram no plano de trabalho do professor que contemple a valorização das suas potencialidades e o conhecimento de suas limitações, ainda o autor aponta que “é importante,



para a adaptação da criança deficiente ao novo ambiente, que lhe sejam apresentados e à família dela o espaço físico da instituição, os materiais disponíveis para o uso da criança e as pessoas que trabalham na escola” (VEIGA, 2008, p.180).

Retornado a temática e dentro dos conhecimentos das limitações da Educação Inclusiva na Educação Infantil há uma proposta que indica uma diminuição de alunos por sala, possibilitando um espaço com maior interação dos sujeitos participantes de uma mesma sala, sendo um fator decisivo na qualidade das abordagens educativas com os alunos com deficiência e das diferentes atividades educativas (SOUSA, 2012, n.p.). Ao considerar uma interação do aluno e o espaço, o Silveira (2012, p.38) considera que

Assim, se esse espaço de interação entre aluno, colegas e educador, oferecer a capacidade de se remodelar, reinventar, crescendo e multiplicando as propriedades dos objetos nele presentes, a criança ativa em sua sala de aula uma ferramenta de brincar, aprender experimentar, estimulando continuamente a imaginação e expandindo as fronteiras do seu conhecer.

Ainda Silveira (2012) aponta a importância do professor nas relações nos espaços da sala de aula, pois ele é o mediador do currículo e dos brinquedos adaptados, pois a inclusão não ocorre sozinha e necessita dele, o qual deve ter uma formação direcionada para a inclusão no espaço educativo.

Além disso, Sousa (2012) destaca que a educação infantil precisa de uma atenção especial por parte do professor da educação infantil, assim como o poder público deveria direcionar a atenção para a valorização desse profissional que resultará em uma garantia do cuidado e educação das crianças, incluindo os educandos que têm alguma deficiência.

Assim como, a adaptação é defendida por Veiga (2008) quando aborda que os recursos pedagógicos precisam ser adaptados para ocorrer a recepção de informação por parte da criança, sendo necessário a preparação do professor para a realização dessa adaptação.

Sendo que “para a inclusão ocorrer, é importante que [...] o espaço como os materiais pedagógicos, os brinquedos e jogos, por exemplo - sejam também adaptados e permitam sua utilização por parte das crianças com deficiência com o máximo de autonomia possível” (SILVEIRA, 2012, p.29). Neste contexto o material pedagógico é valorizado, mas além de ter esses materiais se faz necessário que estes sejam acessíveis às crianças, para que os educandos possam explorar e ter experiências com o meio e as pessoas deste espaço, proporcionando melhores interações. Neste sentido, a educação inclusiva das crianças na educação infantil necessita de um espaço com livre acesso aos materiais e objetos, proporcionando o



desenvolvimento pleno dos sujeitos quanto a autonomia, cooperação e motivação ao brincar e realizar interações com os demais (SILVEIRA, 2012, p.18).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE O ESPAÇO INCLUSIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Devido à demanda da sociedade as políticas públicas vêm sofrendo alterações para melhorar cada vez mais o atendimento as pessoas, podemos perceber que as políticas educacionais apontam que não basta somente o acesso à escola, se faz necessário uma formação que garantam condições dos alunos competirem no mercado de trabalho, para tanto é preciso eliminar as barreiras impeditivas utilizadas pela sociedade e trabalho para selecionar as pessoas (MACIEL, 2009, p.36).

Com a demanda da sociedade as pessoas que nos representam criam leis para melhorar a cada dia a qualidade de vida das pessoas, e assim que se iniciou o processo em busca de melhores condições para pessoas com deficiência, porém é uma luta contínua, a sociedade evoluiu em questões de tecnologia melhores condições financeiras, mas o preconceito ainda é muito presente. Sendo viável entender que houve uma mudança significativa em relação às pessoas com deficiência na Lei Educacional 4.024/61 (BRASIL, 1961) expõe:

TÍTULO X

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que fôr possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Tôda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bôlsas de estudo, empréstimos e subvenções.

É possível perceber que já existe uma preocupação em relação à educação especial, porém muito breve ainda, não é especificado como esta educação será realizada, o que houve foi a criação de classes especiais, ou a educação em Instituições especializadas. Tudo foi evoluindo e veio a Lei Educacional 5.692/71 (BRASIL, 1971), que prevê no Art. 9º que “os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas”.

Observamos que o atendimento com alunos com deficiência é percebido de out/ra maneira com uma preocupação maior, com a implantação do atendimento especializado aos alunos com alguma deficiência. Entendemos que este atendimento é necessário para que os alunos posam ter pleno desenvolvimento de suas potencialidades e assim possa ser inserido na



sociedade. E com o decorrer dos anos foram sendo adequadas as demandas, nos dias atuais existe outra Lei maior que abrange a educação do país que é a LDBEN 9.394/96 (BRASIL, 1996) que traz a informação em relação à educação especial que deve ser ofertada para os portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino, possibilitando o serviço de apoio especializado quando necessário na escola regular e realizado em classes quando não for possível a integração no ensino regular, assim como estabelece que a educação especial deve ser ofertada na educação infantil, sendo que os sistemas de ensino devem organizar o ensino para atender as necessidades dos educandos, propor terminalidade específica e programas de aceleração, bem como possuir professores com formação ao nível médio ou superior para o atendimento especializado e integração dos educandos nas classes comuns, assim como deve visar uma educação especial para a integração na vida em sociedade e a garantia de acesso igualitário aos programas sociais no ensino regular.

As leis educacionais vão sendo alteradas, conforme a necessidade da sociedade, é possível perceber a grande mudança que houve em relação à educação especial, com a LDBEN 9.394/96 que está vigente até os dias atuais entendemos a preocupação em inserir os alunos com alguma deficiência na escola e na sociedade.

Para a mudança no espaço escolar que vise não proporcionar a exclusão, as políticas públicas têm um valioso espaço no debate do rumo da educação especial, que por meio dos movimentos vão modificando e repensando o espaço escolar e a identificação das diversas formas de exclusão que influenciam na gestão da proposta de inclusão escolar (BRASIL, 2016). Quanto ao direito de educação para todos, o Manual de Acessibilidade afirma que:

A constituição brasileira assegura, desde 1988, o direito à educação para todos, sem nenhum tipo de discriminação. A escola cumpre papel fundamental para a escolarização de todos os alunos e deve atender as demandas dos alunos com deficiência que encontram barreiras de acesso para sua participação no ensino comum. Nesse sentido, surge a necessidade de adequação dos espaços escolares com base nas normas e legislação vigentes, de forma a garantir a autonomia e a independência desses alunos no seu cotidiano escolar. (BRASIL, 2009, p.21)

Percebemos que os alunos com deficiência precisam além da garantia da matrícula nas escolas, soluções inovadoras, que garantam a acessibilidade nas escolas, e a formação de professores, gestores e funcionários, para que saibam lidar com as diferenças. Não é uma tarefa simples, mas necessária, sendo imprescindível entender quais são as barreiras que dificultam a acessibilidade, que muitas vezes podem ser postes, árvores na calçada, escadas, que impedem pessoas com cadeira de rodas, por exemplo de circular, o excesso de barulho é



uma barreira para pessoas com dificuldade visual que necessitam ouvir sons para se localizar e realizar algumas tarefas, muitas são as barreiras que pessoas com alguma necessidade especial pode encontrar.

Para uma educação de qualidade, onde todos possam se sentir inseridos é necessário eliminar as barreiras que dificultam o acesso, pois somente assim o direito de inclusão dará início, para tanto na avaliação do espaço escolar, elaboração, execução e fiscalização de projetos e obras é fundamental compreender as necessidades das diferentes deficiências no que tange a adequação das escolas existentes e os projetos das novas escolas (BRASIL, 2009).

Neste contexto, Brasil (2010, p.10) aponta sobre as iniciativas do espaço inclusivo, pois considera que “iniciativas como esta fazem com que a cidadania se amplie e permitem que as pessoas tenham consciência de que espaços, serviços e produtos – como componentes da democracia – são para todas e todos”, por meio disso é possível compreender que a consciência de espaço inclusivo está diretamente ligado com a concepção democrática, no que tange a percepção de que os espaços são para todos. Neste contexto, podemos trazer essa ideia para o contexto educacional que ao proporcionar um espaço inclusivo está promovendo a democracia.

Este ideal é reforçado no estado do Paraná, no qual os documentos abordam o compromisso da escola com todos, inclusive com os educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, devendo organizar os espaços para a inclusão e para atender as necessidades dos cidadãos (PARANÁ, 2006).

No país, atualmente tem-se a concepção que as instituições de ensino precisam organizar os espaços com as devidas condições de acesso, proporcionando a valorização das diferenças e um atendimento educacional que atenda às necessidades dos alunos, assim se faz necessário uma acessibilidade sem barreiras nas edificações, mobiliários e transporte escolar, como também sem barreiras na comunicação e informação (BRASIL, 2016). Ainda, o documento aponta que na educação infantil,

O acesso, a permanência e a participação das crianças com deficiência de zero a três anos de idade na creche e dos quatro aos cinco anos na pré-escola são imprescindíveis para a consolidação do sistema educacional inclusivo. Desde a primeira etapa da Educação Básica, essas crianças têm a oportunidade de compartilhar espaços comuns de interação, de brincadeiras, de fantasias, de trocas sociais e de comunicação, assegurando seu desenvolvimento integral e promovendo a ampliação de potencialidades e autonomia e, sobretudo, produzindo sentido ao que aprendem por meio das atividades próprias de crianças desta faixa etária. (BRASIL, 2016, p. 61).



Nesse documento, a interação na educação infantil é proposta por meio do espaço, que deve garantir o desenvolvimento integral das crianças que frequentam, assegurando o acesso à educação de todos.

A seguir indicamos uma planilha retirada do Manual de Acessibilidade Espacial para escolas (BRASIL, 2009) onde os gestores, professores, funcionários e toda comunidade escolar podem avaliar a escola, e entender se a escola possui acessibilidade para alunos com alguma necessidade especial no espaço da educação infantil.

Legislação		Itens a conferir	Respostas		
Norma/ decreto	Seção/ artigo		Sim	Não	N/A
x	x	No ambiente da educação infantil, há contraste de cor entre piso, parede e móveis, a fim de facilitar a orientação de pessoas com baixa visão?			
x	x	Existem aberturas com peitoril mais baixo que permitam a visualização do exterior por crianças menores?			
x	x	Na existência dessas aberturas, elas são seguras e evitam acidentes?			
x	x	O piso possui temperatura agradável em dias muito frios ou muito quentes?			
NBR 9050/04	8.6.7	As mesas, em termos de largura, altura e formato, permitem que crianças em cadeira de rodas se aproximem delas e as usem?			
NBR 9050/04	8.6.6	As mesas e cadeiras, em termos de largura, altura e formato, estão adequadas para as diferentes características físicas das crianças – estatura, obesidade?			
NBR 9050/04	8.6.9	As prateleiras das estantes de brinquedos podem ser alcançadas pelas crianças menores ou em cadeira de rodas?			
NBR 9050/04	4.3.1	O espaço entre os móveis é suficiente para a circulação de criança em cadeira de rodas?			
x	x	Existe um espaço com tapete, almofadas e espelho para atividades no chão?			
x	x	Esse tapete e essas almofadas são laváveis e confeccionadas com material antialérgico?			
x	x	Existe um espelho em altura que permita a visualização por crianças menores e em cadeira de rodas?			
x	x	A sala de educação infantil está próxima ao fraldário?			
NBR 9050/04	7.2.2	O jardim de infância possui ligação direta com banheiros que possuem vasos sanitários e lavatórios em dimensões adequadas às crianças menores?			
NBR 9050/04	7.2.2	Nesse banheiro, existe, pelo menos, um vaso sanitário e um lavatório acessível a crianças em cadeira de rodas?			
x	x	A sala de educação infantil possui ligação direta com pátios externos ou varandas exclusivas para o uso de seus alunos?			
x	x	A sala de educação infantil está próxima ao parque infantil?			
Observações					

Fonte: (BRASIL, 2009)

Por meio disto, é plausível perceber que este documento auxilia os profissionais da educação infantil quanto a verificação do espaço da instituição quanto a acessibilidade.

Algumas possíveis soluções para o espaço físico ainda encontramos no Manual de Acessibilidade Espacial para escolas (BRASIL, 2009), sendo: antes mesmo da chegada na escola, a escolha do terreno para a construção da escola optar por terrenos mais planos e localizados em ruas com pouca inclinação, como também planejar as rotas dos transportes escolares, os quais devem ser acessíveis e com sistemas necessários, a edificação deve possuir piso tátil direcional e de alerta dentro e fora da escola, assim como deve possuir banheiros acessíveis nos diferentes pavimentos da instituição e reformar os banheiros que não são.



Outro ponto a ser debatido neste estudo é a pouca discussão sobre a acessibilidade na educação infantil nos documentos: Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006) e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), os quais são considerados como documentos relevantes para a primeira etapa da educação básica e para organização do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo realizado entendemos que a Educação Especial, assim como toda educação brasileira teve seus desafios a serem superados, muito presente no histórico da educação infantil e da educação especial no Brasil, compreendendo os desafios que ao longo do tempo foram apresentados e estão sendo superados.

Compreende-se que a educação evoluiu muito, mas ainda encontramos dificuldades, como o acesso quando se fala em alunos com alguma necessidade especial, Sousa (2012, n.p.) assegura que “a inclusão escolar no contexto da Educação Infantil é possível, contudo este é um caminho repleto de desafios a serem enfrentados por nós cidadãos, educadores e pais, com conhecimento, determinação e amor”. A luta é constante e deve ser realizada por todos que fazem parte da escola, assim unindo forças é possível obter maiores resultados.

Quando se fala em educação para todos, é entender e garantir está educação com qualidade desde os conteúdos a serem trabalhados e sala de aula, conforme a necessidade dos alunos até a acessibilidade, para que não haja barreiras neste processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. INEP. LDBEN 4.024/61. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1961.

BRASIL. MEC. INEP. Lei Educacional 5.692/71. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971.

BRASIL. MEC. INEP. LDBEN 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de acessibilidade espacial para escolas**: o direito à escola acessível. Brasília: 2009. Disponível em: <<https://iparadigma.org.br/wp-content/uploads/Ed-inclusiva-19.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2020.



Brasil. Secretaria de Direitos Humanos. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 188, de 09 de junho de 2008; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. Ed, rev. e atual. Brasília, 2010.

Brasil. Ministério da Educação. **A consolidação da inclusão escolar no Brasil:** 2003 a 2016. Brasília: MEC, 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 12.ed. São Paulo: Cortez, 2017.

FERREIRA, Julio Romero. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. IN: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação:** doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=SOfpNok80skC&oi=fnd&pg=PA15&dq=inclus%C3%A3o+na+educa%C3%A7%C3%A3o+infantil&ots=_h3HNfSPa6&sig=2pmdVzmcLSFkeYjc62ejm6DBeZU#v=onepage&q=infantil&f=false >. Acesso em: 03 nov. 2020.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Set.-Dez. 2006, v.12, n.3, p.299-316.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. Educação especial no brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 833-849, jul.-set. 2012 Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br>.

MACIEL, Carina Elisabeth. Discurso de inclusão e política educacional: uma palavra, diferentes sentidos. InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.15, n.30, p.32-54, jul./dez. 2009.

Paraná. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação especial para a construção de currículos inclusivos.** Curitiba, 2006.

SILVA, Auricleia Nascimento da. Educação inclusiva na educação infantil em um CREI de João Pessoa/PB. -João Pessoa: UFPB, 2015.

SILVEIRA, Daniele Corrêa. **O espaço de sala de aula na educação infantil:** uma análise de documentos políticos. Monografia de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/69870/000875125.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 03 nov. 2020.

SOUSA, Linete Oliveira de. **A inclusão escolar no contexto da educação infantil.** Revista Função Aprender, 2012. Disponível em: <<http://revista.funcaoaprender.org.br/?p=88>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

VEIGA, Márcia Moreira. **A inclusão de crianças deficientes na educação infantil.** Universidade FUMEC, 2008. Disponível em: < <http://fumec.br/revistas/paideia/article/view/924> >. Acesso em: 03 nov. 2020.